



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 255 - DE 03 A 17 DE MARÇO DE 2003 - R\$ 1,00

**Que o governo Lula imediatamente rompa com a Alca
Que cesse imediatamente o pagamento da dívida externa
Que anule o acordo de entrega da Base de Alcântara
Que assim defenda a independência nacional, não descarregue
a crise sobre as massas e atenda as reivindicações dos
explorados, de emprego e salário e terra aos camponeses
Que as organizações sindicais e populares formem comitês,
convoquem manifestações de rua por essas bandeiras**

Os 60 dias do governo Lula

Combater a guerra dos EUA contra o Iraque

Pela Autodeterminação dos povos (direito do Iraque se armar)

Contra as resoluções intervencionistas da ONU

Organizar a luta antimperialista

Luta de massas na Bolívia derrota imposto

60 dias do governo PT/Lula

O fato do governo PT/Lula ter mantido integralmente a política de FHC surpreendeu tanto os partidos da burguesia quanto seus aliados. A base militante do PT e suas correntes internas foram os que mais ficaram perplexos. Setores da burguesia achavam que o PT manteria alguns aspectos do Plano FHC, mas que operaria mudanças. A população que o apoiou tinha esperança de que o governo mudaria o rumo da administração econômica e social. A base militante esperava o afastamento dos partidos oficialistas e o início da aplicação de medidas populares. Sobretudo as esquerdas, por alimentarem ilusões democrático-eleitorais no reformismo, não poderiam compreender que na época de desintegração do capitalismo um governo reformista logo se transforma em pró-imperialista ou então o populismo abre uma tremenda crise política no poder do Estado. Em resposta à prematura desilusão da militância e de parcela da população trabalhadora, o PT/Lula e a burocracia sindical petista pedem calma e colaboração, explicando que o governo está no começo e que se trata de um período de transição. Fundamenta sua conduta dirigida a proteger os credores e monopólios com o fato de ter recebido um orçamento comprometido. Chega a usar a expressão "herança maldita". Assinala, portanto, que continuará descarregando a crise capitalista sobre as massas oprimidas. E que as mudanças em favor dos famintos ficarão para o futuro. Anuncia inclusive que gradualmente cumprirá sua promessa de criar 10 milhões de emprego, erradicar a fome, garantir a todo o brasileiro 3 refeições ao dia e fazer a reforma agrária. O caminho trilhado nesses 60 dias de governo, no entanto, evidencia que o PT/Lula se dirige para o grande capital contra a vida dos explorados. Ninguém de sã consciência pode admitir o argu-

mento de que o governo apenas começou e que não se deve contestá-lo.

1. As primeiras medidas indicaram a característica do governo do PT. Encarrou os interesses do grande capital. Seu ponto de partida: cumprir os contratos e acordos contraiados no governo FHC. Essa definição, por si só, colocou o PT/Lula no centro de interesse e poder do capital financeiro. Iniciou o governo como refém da dívida externa e das diretrizes da burguesia internacional. O pacto pré-eleitoral assumido por Lula de que não provocaria nenhuma ruptura na ordem constituída condicionou logo de início seu governo e determinou seu rumo. Por cima do governo petista, está o pacto pró-imperialista. Fazem parte dele não só os acordos e contratos mas também a "herança maldita". O governo FHC, as frações mais poderosas do capital nacional e os credores imperialistas exigiram que o PT/Lula assumisse a condução do país tal como estava e prosseguisse com a política econômica de "estabilidade" ao grande capital.

2. Para se cumprir o pacto pró-imperialista, o PT /Lula teve de montar os ministérios e postos chaves de administração com homens que expressassem as diretrizes do capital financeiro. Os dois petistas que ocupam os ministérios do Planejamento e da Fazenda, Guido Mantega e Antônio Palocci, se mostraram completamente convertidos ao princípio da "estabilização" da era FHC. A indicação de Henrique Meirelles para o Banco Central, comprovadamente um homem do capital internacional, foi feita a dedo pelos banqueiros. Os demais ministérios negociados com os aliados burgueses e com a esquerda petista estão à mercê dos ministérios do Planejamento e da Fazenda, bem como da política financeira controlada por Meirelles.

A "Carta aos Brasileiros", na qual o PT expôs formalmente seu compromisso de cumprir as determinações do grande capital, tem servido de guia para o Ministro da Fazenda. Ela constitui a essência do programa de governo e a estrutura ministerial corresponde a sua aplicação.

3. A "estabilidade" pró-imperialista depende não só do cumprimento dos acordos mas também do controle do governo PT/Lula sobre os sindicatos. Desde as disputas eleitorais, Lula caracterizou seu governo de "pacto social". Um governo que seria de "negociação" com todas as forças da "sociedade civil". A política de pacto social é da burguesia. Nasce com ela, se dirige aos sindicatos e partidos oposicionistas e serve a ela. A burguesia só a coloca em situação de grave crise. Objetiva evitar os confrontos de classe e impor às massas oprimidas a renúncia de suas reivindicações. Via de regra oferece em troca a democracia dos exploradores e quando muito algumas migalhas. O programa de qualquer pacto social é de aceitação de mais sacrifícios aos explorados, trégua ao governo, adiamento das reivindicações e compromisso com a "estabilidade" democrática. É um programa oposto às necessidades das massas famintas e à luta de classes. Um governo de pacto social se apoia em todas as classes, fundamentalmente no proletariado e no grande capital. Aplica suas medidas para atender as necessidades do capital e conta com a paralisia da classe operária por intermédio das direções sindicais que praticam a conciliação de classe. Ao assumir o país em crise e com ela os acordos impostos pelo capital financeiro, o governo PT/Lula colocou-se por debaixo de um pacto pró-imperialista e para cumpri-lo necessita do pacto social.

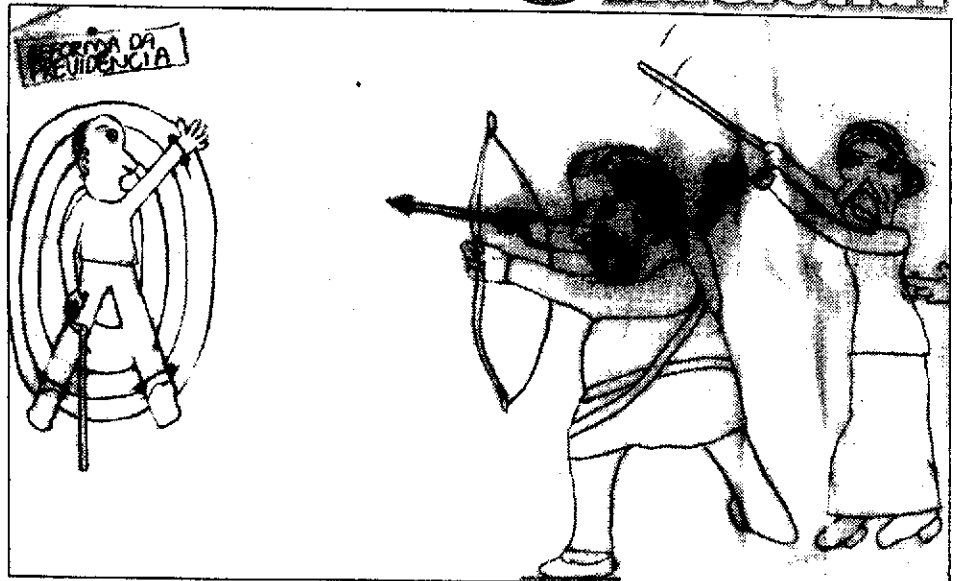
Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

4. A vitória de Lula articulada por uma frente burguesa e apoiada na fração mais poderosa dos sindicatos (CUT) carregou em seu interior o embrião do pacto social. Setores do capital se aliaram a setores do sindicalismo para constituírem o novo governo. Para dar continuidade a essa aliança de capitalistas com a burocracia sindical reformista e para incorporar setores que ficaram fora da aliança eleitoral, como a Força Sindical e outros opositores, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A intenção é de ter um organismo do Estado que possibilite as negociações e o pacto social, cujo resultado deve ser encaminhado ao Executivo e deste ao Legislativo. A grande maioria é constituída de empresários, banqueiros, supermercadistas e latifundiários, e de acólitos ditos representantes da "sociedade civil". A aceitação da CUT, MST e UNE é consequência da aliança eleitoral de frações burguesas com a burocracia sindical em torno do PT/Lula. Inicialmente, tratava-se da vitória eleitoral; agora trata-se da governabilidade. A idéia de que pela primeira vez se tem um governo que incorpora as correntes sindicais nas discussões e plano de governo justifica a continuidade do pacto e a aceitação de medidas contrárias ao desenvolvimento econômico e à vida das massas. O pacto não precisa ser formalizado com os sindicatos, que terão como canal de "negociação" o Conselho. Espera-se que as forças de sustentação do governo PT/Lula, entre as quais estão os sindicatos reformistas, exerçam pressão aos setores oposicionistas dos partidos derrotados. Esses deverão ser trazidos para a "negociação".

5. A governabilidade depende também de acordos com os partidos da aliança do ex-presidente FHC (PSDB, PFL e PMDB). As negociações abarcaram desde postos administrativos até o Congresso Nacional. A reabilitação do oligarca José Sarney, eleito presidente do Senado, serviu de ponto de apoio inicial para o governo PT/Lula assegurar o trâmite legislativo. Espera-se atenuar as resistências corporativas abrigadas nos três maiores partidos da burguesia. A idéia original do PT de ter um governo que representasse uma "nova hegemonia de forças progressistas" e derrota da "velha



hegemonia conservadora" se mostrou inviável. A estrutura oligárquica do Estado não modifica em nada com eleições e substituição de governo. Não é a estrutura oligárquica que se adaptará ao novo governo mas é o novo governo que se submeterá à velha estrutura oligárquica. Trata-se da continuidade histórica do Estado burguês. Essa estrutura corresponde à formação e desenvolvimento do capitalismo semicolonial e sua correspondente burguesia. O governo que se pretendia de mudanças logo se depara com as forças dominantes no interior do Estado, incluindo as Forças Armadas, e exteriormente aos condicionamentos do capital internacional. Somente uma revolução social, encabeçada pelo proletariado, pode destruir a máquina oligárquica do Estado e romper os seus laços com o imperialismo. O PT é antagônico às transformações históricas. Por isso, está obrigado a se oligarquizar cada vez mais no aparelho estatal.

6. O pacto da reforma da Previdência com os governadores comparece como mais uma peça da governabilidade. Cada membro desse da federação controla uma parcela da bancada parlamentar. Os governadores, via de regra, ditam aos deputados e senadores a conduta no Congresso. Essa dependência é um dos poderosos elos da cadeia oligárquica que compõe o Estado burguês. Os mais diversos interesses regionais da burguesia se manifestam em conflitos no interior do Estado. Vão sendo tocados para frente por meio de concessões. O volume da crise obrigou FHC a centralizar com mão-de-ferro os Estados e

Municípios. Trataram-se de medidas que restringiam a já escassa autonomia. Controlam os gastos e orçamento dos Estados e Municípios e impõem critério de pagamento de suas dívidas. A política financeira, condicionada pela dívida pública, exige uma disciplina centralizadora. O governo petista, para concretizar o pacto pró-imperialista, se vê na condição de manter a todo o custo a centralização, que se expressa de forma mais acabada na Lei de Responsabilidade Fiscal. Dada a situação da crise e de quebra latente do tesouro da União, o PT/Lula tem de implementar a reforma fiscal, que limita ainda mais a capacidade de recolhimento de impostos pelos Estados. Com a reforma da Previdência em andamento, houve um primeiro pacto - "Carta de Brasília" - entre o governo federal e os Estados. Significa uma poderosa pressão oligárquica sobre o Congresso. A reforma fiscal para caminhar dependerá do mesmo método da reunião de Brasília.

7. O pacto pró-imperialista assenta-se em um conjunto de ações. São elas: manutenção da pesada carga tributária de mais de 36% do PIB, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da atração de capital externo por meio de altas taxas de juros, de arrocho sobre o funcionalismo e de manutenção do salário mínimo de fome. Essas ações são acompanhadas de reformas que ficaram pendentes no governo FHC, como a Previdenciária, Fiscal e Trabalhista. Todas elas atingem a vida das massas. Aguarda-se como resultado a sustentação e elevação do superávit primário, necessário para

cumprir os acordos e contratos. A contensão orçamentária, que acaba de ser aprovada, golpeia o investimento do Estado e serve à meta do superávit primário. Mediante o jogo dos especuladores, o governo PT/Lula eleva ainda mais a exorbitante taxa de juros, alimentando o parasitismo do capital financeiro. A promessa de reduzir o endividamento com tais medidas, para em seguida retomar o desenvolvimento dito “sustentável” não tem o menor cabimento. Resultarão em pressões recessivas e fortalecimento dos negócios parasitários. O governo Lula começa contrariando o pressuposto de uma política de “desenvolvimento econômico conjugado com desenvolvimento social”. Por essa via, se deprimirá a economia, avultará o desemprego e ampliará a fome.

8. O programa “Fome Zero” é um componente do pacto financeiro pró-imperialista e do pacto social. Não passa do mais mesquinho assistencialismo burguês. Foi arquitetado para dar uma feição “humana” a um governo comprometido com a brutal opressão nacional e social exercida pelos monopólios. Por detrás do Fome Zero estão as mais influentes instituições internacionais do imperialismo, como o Banco Mundial, Banco Interamericano, FAO e OIT. Regendo-as está o FMI. O programa lulista de fim da fome acabou sendo incluído como parte do receituário dos banqueiros. Não se distingue do “Comunidade Solidária” de FHC a não ser pelo maior vulto propagandista do lema. É esperado que a aplicação de medidas que estrangulam a economia eleve a crise social. O Fome Zero servirá como bandeira distracionista e de instrumento para a burocracia sindical defender o pacto social. As Igrejas, Ongs e associações terão mais um meio para iludir os explorados. As promessas que levaram as massas a eleger o governo não serão cumpridas. Em seu lugar, o governo do PT/Lula apresenta a caricatura de um programa de extinção da fome. A manutenção do salário mínimo de miséria expõe o verdadeiro sentido demagógico do Fome Zero.

9. O reformismo apregoou no passado a defesa da soberania nacional. Criticou o neoliberalismo de FHC por

comprometê-la. No entanto, mostra-se incapaz de traçar uma política independente do capital internacional e de rechaçar a opressão nacional. O PT chega ao poder do Estado em uma situação de ofensiva bélica dos Estados Unidos e seus aliados. A expansão colonialista da maior potência a obriga quebrar qualquer resistência nacionalista pela via das armas. É o que explica a iminente guerra contra o Iraque. A estratégia norte-americana de domínio mais amplo do Oriente Médio, estendendo-o para a Ásia como um todo, tem provocado a divisão interimperialista. Estados Unidos e Inglaterra de um lado, França e Alemanha do outro. A bandeira do governo brasileiro de desarmamento “pacífico” do Iraque ou então da guerra como último recurso, aprovada pela ONU, alinha o Brasil por detrás do bloco imperialista França/Alemanha. Portanto, não há a defesa incondicional da autodeterminação do Iraque. O governo brasileiro não se coloca do lado do Iraque contra o imperialismo norte-americano e o europeu. Sem se defender a autodeterminação incondicional dos povos oprimidos não há como combater em favor da soberania nacional. O mesmo problema aparece de forma diferente diante da estratégia dos Estados Unidos para a América Latina. O PT/Lula dá seqüência às negociações da Alca com o mesmo argumento de que é um governo negociador. Esboçou um tímido apoio ao governo Hugo Chávez da Venezuela, que se encontrava ameaçado por um golpe apoiado pelos Estados Unidos. Rapidamente retrocedeu frente às pressões de Bush. O governo da Colômbia, Álvaro Uribe, levanta a voz contra o governo brasileiro acusando-o de não condenar as FARC como terroristas. Acusado, o PT/Lula se coloca na condição de mediador para se pôr fim à guerrilha. O que só pode significar triunfo do Estado burguês e do imperialismo. Tudo isso indica que o governo reformista é impotente frente às pressões do imperialismo e incapaz de ter uma política externa independente.

10. A tarefa colocada é de ajudar as massas a superar suas ilusões no governo do PT/Lula. Começa pela defesa intransigente das reivindicações dos explorados frente à burguesia e o governo. É preciso rechaçar o pacto

pró-imperialista e o pacto social. Não pagar as dívidas interna e externa e denunciar todos os acordos e contratos com o grande capital. Dirigir-se ao movimento operário e camponês com a bandeira de independência das organizações frente ao Estado, ao governo reformista e aos partidos da burguesia. Exigir a não participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e denunciar as direções sindicais que se integram no aparelho estatal. Defender que as organizações de massa exijam do governo PT/Lula o cumprimento imediato das promessas de 10 milhões de empregos, erradicação da fome, três refeições ao dia a todos os explorados e reforma agrária. Denunciar o compromisso do governo com os parasitas do Estado – parlamentares, juízes, altas patentes militares e burocratas do executivo – que recebem altíssimos salários e se valem de toda sorte de privilégios. Levantar as reivindicações de escala móvel das horas de trabalho contra o desemprego; de escala móvel de reajuste diante do processo inflacionário; reposição das perdas salariais e salário mínimo real calculado pelas organizações operárias. Lutar pelo fim das privatizações e pela recuperação das estatais sob o controle coletivo operário da produção. Exigir do governo Lula a condenação da guerra dos Estados Unidos e defesa incondicional do Iraque. Colocar a ruptura imediata do Brasil com a Alca. Combater as reformas pró-imperialistas e antipopulares. Organizar a luta dos empregados e desempregados, dos operários e dos camponeses, da classe média oprimida urbana e da juventude por suas reivindicações e sob o método da ação direta. Trabalhar pela constituição da frente única antiimperialista. Esse é o ponto de partida para enfrentar a situação que se abre sob o governo PT/Lula. A construção do partido revolucionário ganhará força ajudando os explorados a se emanciparem da política burguesa e assumirem por contra própria as tarefas de defesa da vida contra a exploração capitalista, de defesa das necessidades dos camponeses contra os latifundiários e de defesa da economia nacional contra o saque imperialista. Por esse caminho, será possível avançar a luta em torno da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

O PSTU e seu novo partido

O PSTU, depois de desenvolver uma longa trajetória de apoio ao PT e de ajudá-lo a chegar ao poder, concluiu: "O PT, como instrumento de luta pela transformação radical da sociedade, morreu".

Em nenhum momento, na verdade, o PT chegou a ser "instrumento de luta pela transformação radical da sociedade". Essa caracterização do reformismo é uma invenção oportunista do PSTU e de outras correntes do campo da esquerda centrista.

Foi justamente com a falsa caracterização de que o PT era um partido operário socialista em construção, a de que o PT poderia ser um instrumento de ruptura com o imperialismo e o capitalismo e outras coisas do gênero que as esquerdas centristas permaneceram atadas ao reformismo e ao eleitoralismo. Ocorre que tais correntes se abrigaram por trás da estratégia do governo democrático e popular, acreditando que seria possível uma aliança de esquerda eleitoral que derrotasse a burguesia no seu próprio terreno, que é o da democracia burguesa.

Jamais o PSTU, antes chamado Convergência Socialista, lutou no interior do PT com a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Ao contrário, considerou a defesa programática da revolução como sectarismo. Para o oportunismo, a estratégia da revolução e ditadura do proletariado é uma abstração que só se tornará concreta num futuro indeterminado. Dessa forma, esvazia a luta programática do marxismo contra o reformismo e o revisionismo centrista.

Não é por acaso que o PSTU apoiou o PT no 2º turno, quando estava totalmente clara a posição pró-imperialista e antioperária do PT. A "Carta aos Brasileiros" expressou o verdadeiro programa do PT/Lula. Um compromisso inequívoco com o grande capital.

As correntes de esquerda que permanecem no PT (O Trabalho, Democracia Socialista e Força Socialista) se mostraram adaptadas até a medula, falsearam caracterizações do PT como sendo partido socialista, nunca denunciaram a traição social-democrata do reformismo, embelezam o caudilhismo de Lula, são apologistas da democracia burguesa e se tornaram carreristas. Trata-se de uma esquerda eleitoralista.

Caracterizá-las como "socialistas", como faz o PSTU, e como fazia a ex-Convergência Socialista com políticos da burguesia do tipo Almino Alfonso, é mentir descaradamente, com o objetivo de mascarar a estratégia morenista de unificar os "socialistas" no terreno do esquerdismo eleitoral.

Uma parcela da militância dessas correntes poderá se tornar revolucionária, mas para isso terá de fazer uma severa au-

to crítica de seu passado de colaboração com o reformismo social-democrata e com a traição do PT frente as massas oprimidas que depositaram confiança em suas mentiras. Não se disporão a construir um partido revolucionário sem considerarem que militaram em correntes revisionistas do marxismo-leninismo-trotskismo.

Para o PSTU esse não é o ponto de partida e nem o problema essencial. Sob o rótulo abstrato de "socialistas" e por intermédio de uma frente única de esquerda (FUR), os dirigentes do PSTU acreditam que nascerá um grande partido socialista de massa.

Concebemos a construção do partido do proletariado pela via oposta. Há que se colocar diante do programa da revolução e ditadura proletárias. É com ele que se deve criticar a conduta revisionista e centrista das correntes de esquerda do PT, para assim despertar numa parcela honesta a necessidade do marxismo. A crítica e a autocritica frente a essa parcela é o ponto de partida.

A idéia de que "a esquerda que ainda se mantém no PT está diante de uma encruzilhada" é falsa. Essa esquerda ultrapassou os limites de classe. Estão no PT como colaboracionistas da ordem burguesa. Seus políticos de maior projeção parlamentar, como é o caso de Heloisa Helena, pertencente à Democracia Socialista, se mostraram adaptados ao cretinismo parlamentar. O fato de gritarem contra Henrique Meirelles e José Sarney, ou criticarem o continuísmo neoliberal do governo Lula, não os tornam socialistas e nem limpam seu passado de colaboração com o reformismo e o caudilhismo lulista. Essa mesma senadora permaneceu calada frente à participação de sua corrente (DS) no Ministério do Desenvolvimento Agrário, compondo com os vendidos Palocci e Guido Mantega, bem como ao lado de burgueses que ocupam outros ministérios (Indústria e Comércio, Transporte, Integração Nacional etc). Heloisa Helena se calou diante do aumento dos salários de marajás dos parlamentares e do salário mínimo de fome previsto no Orçamento de Lula.

Esse elogio do PSTU é típico da bajulação oportunista: "A senadora Heloisa Helena (PT/AL), para se manter coerente na sua condição de socialista e defensora dos interesses da classe trabalhadora, negou-se a votar em Henrique Meirelles, para o BC, e em José Sarney, para a presidência do Senado e, por isso, merece ser aplaudida" (Opinião Socialista, nº144).

Não será por esse caminho que a luta política pela construção do partido conquistará militantes para o objetivo da revolução socialista.

Fortaleza: Corrente Proletária na Saúde

A corrente proletária na saúde é um agrupamento que luta pela estatização de todo o sistema de saúde. Portanto, se coloca pelo fim da rede privada da saúde. Defende as condições de vida dos trabalhadores da saúde, que vêm sendo golpeados pelos governos através da superexploração do trabalho, do arrocho

salarial e das medidas precarização do trabalho, entre elas a terceirização. Combate a política das direções sindicais burocráticas, que divide os explorados e praticam a conciliação. Levanta a bandeira de unidade dos oprimidos para enfrentar a burguesia e seus governos. E tem como estratégia a derrota do capita-

lismo e a construção do socialismo, através da revolução proletária.

A organização dos trabalhadores da saúde através da Corrente Proletária é nosso objetivo. Estamos chamando os companheiros para conhecer nossas idéias e participar da construção da Corrente.

Porque não participamos do abaixo assinado “Campanha Nacional contra a Alca”

No Massas 254, criticamos a posição do PSTU por estar fazendo a campanha de um abaixo-assinado dirigido ao governo Lula pedindo uma auditoria sobre a dívida externa brasileira, anulação do acordo de cessão da Base de Alcântara aos Estados Unidos e convocação de um plebiscito oficial sobre a Alca.

A formulação de auditoria pública sobre a dívida externa brasileira, seguindo a legalidade da Constituição Federal, não corresponde à reivindicação antiimperialista de rompimento com os credores internacionais e não pagamento da dívida. Essa bandeira encabeça o abaixo-assinado. Vemos que a reivindicação de auditoria segue uma formulação distinta da que se refere ao acordo de cessão da Base de Alcântara. Nesta se propõe anulação do acordo. Neste caso a reivindicação é correta. Quanto à convocação do plebiscito sobre a Alca foi dirigida ao governo de FHC para que não participasse das negociações e não assinasse nenhum tratado. O PT e Lula em campanha eleitoral se negaram a apoiar o plebiscito. Portanto, há que se defender claramente a bandeira de rompimento do governo petista com as negociações da Alca. Esse deve ser o princípio da

Rondônia

Acordo PT/ PSDB

A Presidente da Executiva Estadual do PT, senadora Fátima Cleide, reuniu a militância para celebrar a aliança do partido com o governo do Estado, Ivo Cassol (PSDB). Está aí o pacto com a burguesia.

Na época da campanha eleitoral, aconteceram vários embates entre a petista Fátima Cleide e o então deputado estadual Daniel Pereira, que hoje participa da administração do governo Cassol. Isso por que o Daniel havia declarado apoio à campanha do PSDB local e no palanque pedia votos para Lula. Agora estão todos juntos para sustentar a governabilidade do PSDB em Rondônia.

Gestão democrática em Porto Velho

Esta farsa da SEMED/SINTERO se

expõe de forma mais contundente, tendo alguns diretores eleitos sendo substituídos por pessoas indicadas pelo Secretário Mário Jorge (PDT), aliado do prefeito Camurça (PDT).

Na realidade, o que vemos é o colaboracionismo do sindicato com o governo. A gestão democrática não passa de política de conciliação. Devemos defender a independência do sindicato em relação ao governo e aos partidos burgueses.

O conflito na Assembléia Legislativa

O conflito levou 8 deputados a não tomar posse. Isso de 24 que compõem a Assembléia Legislativa. A disputa interburguesa foi entre o PFL e PSDB. O que levou a reboque os deputados do PT e o

campanha que se pode chegar à defesa de um plebiscito. Mas o problema central está na defesa da auditoria, que deixa em aberta a possibilidade de pagamento da dívida. Com esta reivindicação não podemos fazer a campanha do abaixo-assinado.

O que o POR propõe

1. Que o governo Lula rompa imediatamente com a Alca;
2. Que anule o acordo da entrega da Base de Alcântara aos EUA;
3. Que cesse o pagamento da dívida externa, como um dos passos para defender a independência nacional;
4. Que não descarregue a crise sobre as massas;
5. Que atenda às reivindicações dos explorados de emprego, salário e terra aos camponeses;
6. Que as organizações sindicais, populares, estudantes formem comitês, convoquem manifestações de rua por essas bandeiras.

governador Ivo Cassol (PSDB) a pedir intervenção federal no Estado em função do confronto aberto entre o poder legislativo e o executivo.

Os partidos burgueses se digladiam em torno dos cargos. Obter cargos é conseguir vantagens econômicas. Esses partidos parasitam em torno do dinheiro e praticam toda sorte de corrupção. Perder postos no Estado é perder o poder de manusear o orçamento de acordo com seus interesses o dinheiro público. Não por acaso dizemos o Estado burguês é formado de quadrilhas. Volta e meia se atritam para ver qual delas levará vantagens por um período de tempo.

Os trabalhadores devem denunciar as quadrilhas que se sustentam dos recursos do Estado. E lutar para derrotar para pôr abaixo o Estado burguês.

Lançamento do folheto:

“Leon Sedov: Filho, amigo e lutador”

No dia 16 de fevereiro, em Porto Velho, o Partido Operário Revolucionário lançou o folheto em homenagem a Leon Sedov, escrito por Trotsky por ocasião de seu assassinato a mando de Stalin em 1938.

Nesse dia, faziam 65 anos que Sedov tinha sido assassinado. O POR dedica o lançamento desse folheto a organiza-

ção da juventude comunista. Procurou mostrar o exemplo de militância disciplinada e revolucionária que foi Leon Sedov. E aproveitou para discutir os crimes de Stalin e sua política de destruição das conquistas da Revolução Russa de outubro de 1917, particularmente o internacionalismo proletário.

Fortaleza:

Nada de divisão da categoria pelo Sindiute e Apeoc. Unidade na luta contra os governos

O ano começa com vários ataques sobre a nossa categoria. Há uma necessidade urgente do professorado se organizar para lutar. O que percebemos, entretanto, é que sempre o movimento dos professores é dividido pela disputa pelo controle sindical entre as direções do Sindiute (Crítica Radical, ligado à Rosa Fonseca) e a Apeoc (PT e suas variantes). Essa disputa aparelhista tem deixado o governo de mãos livres para impor suas reformas destruidoras da educação.

Na rede estadual, deparamos com a demissão dos professores com mais de 2 anos de contrato temporário. Foram demitidos no começo do ano pela SEDUC e a seleção imoral dos novos contratados que ficaram apenas 6 meses. E com as medidas implantadas pelo governo, a exemplo da ampliação da carga horária dos professores efetivos, avaliação relatório, arrocho salarial etc.

Apesar do Estado ter anunciado que irá realizar o concurso público até o final do semestre, não está garantida a efetivação de todos os aprovados. No último concurso (1997), o governo

chamou os concursados a assumirem em lugar da vaga um contrato temporário. O que mostra que somente a mobilização grevista irá garantir a efetivação dos concursados.

Enquanto o governo continua com as medidas destruidoras da escola pública, as direções da Apeoc e Sindiute se recusam a unificação das lutas dos professores do Estado e do Município em torno de uma pauta única de reivindicação. Podemos perceber isso na prática, pois as duas direções não marcam assembléia unificada, para aprovar a formação de um comando unificado de base, da capital e do interior, para mobilizar os trabalhadores da educação contra a reforma imposta pelo governo Lúcio Alcântara (PSDB) e Juraci (PMDB).

A Corrente Proletária na Educação (POR) denuncia a política das direções sindicais e chama os professores a defender o sindicato único, o fim do corporativismo imposto pela burocracia sindical e a construção da Corrente Proletária, sob a base de um programa classista, da unidade dos trabalhadores e do mé-

Ceará-Mirim: Ato Público Reorganiza o fórum contra a opressão social e política

No dia 17 de fevereiro ocorreu o ato público em defesa da empresa de Saneamento de Água e Esgotos (SAAE) de Ceará-Mirim/RN. A prefeita Ednólia Melo (PSDB) está tentando passar a empresa autônoma para a Secretaria de Administração e Turismo. O objetivo da prefeita é atacar os serviços públicos sucateando a empresa com vistas a sua privatização. Neste sentido, a prefeita vendeu dois veículos do SAAE desrespeitando a autonomia da estatal. Além de querer sucatear, a prefeita tenta centralizar os setores que possuem verbas – o SAAE não é empresa deficitária – nas mãos do seu filho Jerônimo Melo, que acumulará também a Secretaria da Educação.

O ato organizado pelo Sindicato da Saúde contou com a presença e apoio do SINTE Regional dirigido pela Corrente Proletária, MST e partidos políticos da esquerda oficial. O ato foi importante porque marca o início das manifestações de rua no Município, iniciando o processo de luta direta dos trabalhadores locais.

SINTE REGIONAL FAZ ASSEMBLÉIA

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE) Regional de Ceará-Mirim, maioria da Corrente Proletária, fez uma assembléia nesta mesma data e depois a categoria participou da passeata até a porta da Prefeitura com os trabalhadores do SAAE.

Na assembléia, a categoria discutiu o desvio das verbas do FUNDEF, culminando na reivindicação de um rateio maior do que o estabelecido pela Prefeitura. De acordo com os dados da União, a verba do FUNDEF no Município aumentou 100%. Retirando os gastos da Prefeitura com salário e formação dos professores etc (dados fornecidos por ela mesma) eram para restar 7 milhões de reais. Isto daria um rateio muito maior do que os 350 reais pagos atualmente pela Prefeitura. No município de Iguaripe, muito menor do que Ceará-Mirim, foi pago um rateio de 1 mil reais para cada professor devido a luta direta patrocinada pela categoria na região.

A luta pelo rateio será realizada em conjunto com a reivindicação de aumento salarial. Foi retirada a proposta de uma assembléia geral da categoria no início das aulas com indicativo de greve.

O FÓRUM CONTRA A OPRESSÃO SOCIAL E POLÍTICA É RETOMADO

Após o ato público em conjunto, o MST, partidos políticos de esquerda, SINDÁGUA e o SINTE participaram de uma reunião na sede da última com o objetivo de retomar os trabalhos do Fórum Contra a Opressão Social e Política.

Foi realizada uma avaliação de conjuntura, as reivindicações de cada categoria e depois foi aprovado um calendário de atividades que inclui no dia 14/03 um ato público em conjunto para apresentar uma pauta de reivindicação unificada à Prefeitura.

Foi retirado também, com destaque, um debate sobre a Agressão militar dos EUA sobre o Iraque, uma discussão sobre as reformas da previdência do governo Lula/PT e a participação na caminhada nacional do MST no dia 11 de abril.

A IMPORTÂNCIA DA LUTA EM CEARÁ-MIRIM

A Corrente Proletária tem impulsionado a unificação na luta das diversas categorias de trabalhadores em Ceará-Mirim através de sua atuação na direção do SINTE Regional. Esta atividade tem sido importante, não só porque tem potencializado o poder de pressão das massas, mas também porque tem rompido com a paralisia das lutas impostas pelas burocracias sindicais reformistas (PT) e estalinistas (PC do B) tanto a nível nacional quanto estadual. O SINTE estadual, dirigido pelo PT, tem deixado a categoria desarmada diante dos ataques do governo as suas reivindicações.

A atuação da Corrente Proletária em Ceará-Mirim é prova de intervenção revolucionária nos sindicatos, de implementação da política de Frente Única Antimperialista e que realmente a falta de luta dos movimentos de trabalhadores é devida a crise de direção.

O desemprego e sub-emprego golpeiam os professores

O governo de Alckmin, PSDB/SP, concordou com a atribuição de aulas de forma centralizada porque já sabia que não era obstáculo para o objetivo de reduzir gastos. A forma centralizada ou descentralizada não atinge a essência da reforma educacional, que é a limitação de recursos à educação pública. Medidas como a municipalização do ensino fundamental, responsável pelo fechamento de escolas, turnos e salas de aulas; de redução da grade curricular de 6 para 5 aulas no diurno e de 5 para 4 no noturno e de superlotação das escolas e salas trouxeram como conseqüência a demissão de milhares de professores, o sub-emprego e a precarização dos contratos de trabalho, criando a categoria de eventual sem nenhum vínculo empregatício e salário diferenciado.

A política educacional do governo está submetida às diretrizes neoliberais, impostas pelos credores internacionais. O conteúdo é o de desobrigar o Estado com a sustentação da escola pública. A cada ano, mais escolas/salas de aulas são fechadas. Os trabalhadores e seus filhos, que já não têm acesso a todos os níveis de ensino, são os atingidos pela ação governamental de destruição da educação, juntamente com os educadores que são cortados em sua fonte de subsistência, o trabalho.

Com mais "democracia" ou com menos "democracia" na atribuição de aula, o problema é que não há aulas para todos. Nesse ano, novamente milhares de professores que já trabalhavam na rede ficaram sem nenhuma aula ou com tão poucas que terão de pagar para trabalhar. Em algumas regiões, aumentou o número de professores efetivos que se tornaram adidos. O que significa que terão de viver apenas com a miséria do salário-base. Em outras, professores com menos de três anos de trabalho ficaram sem nenhuma aula ou se sujeitaram às substituições por prazo determinado. Isso sem dizer dos recém-formados que não serão incorporados ao mercado de trabalho.

O desemprego e/ou sub-emprego atingiram todo o Estado. Não há escola

que não tenha fechado salas e não há região que não tenha professor desempregado.

O governo culpa a falta de alunos

Os representantes do governo - diretores, supervisores e dirigentes regionais - dizem que o fechamento de salas se deve à falta de matrículas. Dizem que os pais dos alunos do ensino fundamental preferem as escolas da prefeitura, porque recebem materiais escolares e uniforme. E atribuem aos alunos do ensino médio o fato de não quererem estudar longe de casa.

O que o governo não diz: que as escolas do Estado estão sucateadas e boa parte nem carteira tem; que a juventude que está no ensino médio não tem condições de pagar o transporte para chegar às escolas; que para formar uma sala de aula é preciso de mais de 45 alunos; que para cursar o ensino médio tem de ter menos de 17 anos e não ter feito suplência do ensino fundamental e que a preferência pelo bairro se deve ao fato de que os jovens e suas famílias amargam o desemprego ou os baixíssimos salários.

A destruição da educação pública só tem um responsável: o governo e sua política de redução dos já limitados recursos.

Milhares de jovens e adultos estão fora da escola

Por conta das exigências do governo e das condições miseráveis de vida, boa parte da juventude e da população adulta se encontra fora da escola. Basta ver o levantamento que fizemos nos bairros populares para se verificar quantos querem estudar e são expulsos pela reforma educacional mutiladora da escola pública.

Há uma reivindicação dos adultos de que é preciso criar mais cursos de suplência, caso contrário não podem voltar a estudar. De um lado, há um grande contingente que não encontra vaga e, de outro, os adultos que necessitam dos es-

tudos.

No entanto, o governo continua dando ordens de manter escolas, turnos e salas fechadas.

Diretoria da Apeoesp não enfrenta o governo do PSDB

A Apeoesp, setor majoritário, é dirigida pela política do PT. O imobilismo tomou conta e sequer faz campanha contra as medidas destruidoras da escola pública e do desemprego. Coloca-se contra a realização de assembleias para organizar o movimento de resistência contra o governo. No ano passado, dedicou todos os esforços para eleger Lula e seus parlamentares. Portanto, nada de defender as reivindicações e a mobilização direta. Agora que Lula foi eleito, a direção petista mantém o sindicato submetido ao pacto de governabilidade. O que significa conter o descontentamento e anular o sindicato como expressão da revolta dos trabalhadores.

O setor minoritário, PSTU, que ocupa cargos na executiva da Apeoesp, não tem feito uma campanha de denúncia do colaboracionismo da ala majoritária. Não se distingue da política do PT para os sindicatos.

Os trabalhadores da educação não têm outra via senão a do rechaço ao colaboracionismo da diretoria Apeoesp e a da defesa da independência do sindicato frente ao Estado e aos partidos burgueses. O ponto de partida é a defesa das reivindicações de emprego e salário e o método da ação direta.

Construir a corrente proletária na Apeoesp

A luta conseqüente pelas reivindicações vitais depende da constituição da fração revolucionária dotada do programa e do método da luta de classe. O POR vem constituindo a Corrente Proletária na educação com esse objetivo. Somente o fortalecimento dessa fração, inscrita nas escolas, poderá derrotar a política da conciliação e da submissão do sindicato ao Estado.

O VI Encontro operário

O VI Encontro operário do Partido Operário Revolucionário (POR) discutiu pontos para enfrentar a nova situação governamental e as tendências de crise do capitalismo. Foi dado o informe das frentes de atuação e se verificou que agrava o desemprego e o esmagamento salarial. O Encontro organizou a campanha de agitação e propaganda contra o pacto social proposto pelo governo Lula e defesa das reivindicações da classe operária e dos demais explorados. Abaixo reproduzimos o texto que serviu para a aplicação das teses sindicais do partido frente aos problemas atuais.

Contra a política da burocracia de pacto social e defesa da política proletária para os sindicatos

1. A aceitação pela CUT, MST e UNE de se integrarem ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo PT/Lula demonstra o grau de estatização a que chegaram os sindicatos sob a direção da burocracia. O Conselho foi montado com o objetivo de concretizar a política de pacto social. O fato de sua composição ser majoritariamente de empresários, banqueiros e latifundiários visa assegurar as reformas antipopulares do novo governo. Não se procurou sequer disfarçar a composição dando maior presença à burocracia sindical. Mesmo assim, foi aceita a participação. Evidencia-se a que ponto atingiu a subserviência das direções sindicais à política burguesa. O que resulta em maior tutela do Estado sobre as organizações operárias, camponesas e estudantis.

2. A política da burocracia reformista, que tem por orientação o denominado sindicalismo propositivo, foi alimentada pelo PT. Sindicalismo propositivo é um nome para a velha orientação de conciliação e colaboração entre capital e trabalho. Contrapõe-se à política proletária de luta de classes. O PT se forjou com a correspondente burocracia e esta se fortaleceu com a gradual ascensão do PT ao poder do Estado. A burocracia constitui um corpo parasitário nos sindicatos e Central. Não tem vida própria. Para ter unidade ideológica, necessita expressar uma política partidária. O PT foi esse instrumento. Surgiu como opositor no interior da política burguesa, com objetivos de reformas econômica e social. Para se consolidar junto à classe capitalista, comparecendo como alternativa de conciliação de classe, teve de estruturar uma poderosa burocracia sindical, capaz de ser a correia de transmissão do "sindicalismo propositivo".

3. Por meio do PT, a fração majoritária da burocracia que domina o movimento sindical alimentou a ilusão entre os explorados em torno de um governo de mudanças. Durante anos se alinhou a maior parte dos sindicatos por detrás de objetivos eleitorais. Cresceu a pressão da burocracia contra a luta de massa pelas reivindicações e se forjou uma casta de dirigentes voltada a trabalhar contra a política operária de luta de classe. Com a representação parlamentar do PT e conquistas eleitorais para postos executivos (prefeitos e governadores), a burocracia pôde orientar sua ação para as manobras legislativas e institucionais. As reivindicações da classe operária e as manifestações passaram a ser enquadradas pelo que se denominou "participação propositiva". Ou seja, como oposição ao governo neoliberal, o PT apresentava emendas às reformas pró-imperialistas e as organizações sindicais, centralizadas pela CUT, as apoiavam. A pressão sobre o Parlamento se limitou à votação das reformas, que, uma vez aprovada por maioria governamental, passavam a ser acatadas como resultado democrático. A economia sofria abalos com a aplicação de violentas medidas pró-imperialistas e as massas compareciam arregimentadas por detrás da estratégia eleitoral e de pressão parlamentar. Com a bandeira de mudanças, a burocracia bloqueou a revolta dos explorados e mutilou sua unidade usando o aparato sindical. Colocou o a serviço de uma coalizão burguesa que elegeu o governo PT/Lula.

4. A propaganda ideológica de que a CUT e os sindicatos possuem autonomia perante o PT foi amplamente desenvolvida no movimento sindical. Em congressos da CUT, a direção majoritária

rechaçou inúmeras vezes que esta apoiasse abertamente a candidatura Lula, apesar da insistência das correntes de esquerda. O argumento era de autonomia dos organismos sindicais perante os partidos. Mas por baixo dos panos, punha a máquina sindical a serviço do eleitoralismo. Na eleição vitoriosa do PT/Lula, já não se apresentou nenhum argumento contrário ao apoio direto e ostensivo. O engajamento eleitoral de grande parte dos sindicatos é um dos maiores que se conhece na história eleitoral do país. Os trabalhadores foram arregimentados por detrás da ilusão de mudanças e promessas de milhões de emprego e fim da fome. Esse foi o momento que mais se evidenciou a política de colaboração de classe. A bandeira da burocracia era de trégua total das reivindicações e das lutas. A pressão contra os conflitos de classe chegou a neutralizar o MST. A posição de substituir um governo neoliberal por um governo comprometido com o social ganhou força em detrimento da necessidade da classe operária e demais explorados de travar a luta independente contra a exploração, o desemprego e a miséria. A estratégia de poder do PT é de governar o capitalismo em crise. A burocracia submete a CUT e os sindicatos a esta estratégia. A máscara da autonomia serve para a burocracia manobrar a classe operária e mantê-la politicamente dependente do Estado burguês.

5. Os reformistas do PT e seu braço burocrático sindical exerceram uma oposição estabilizadora do governo neoliberal de FHC. Submeteram as necessidades dos explorados, suas reivindicações e seu descontentamento à posição de assegurar a governabilidade. Criticar as ações do governo

pró-imperialista era admissível, e conveniente para a oposição "propositiva". Mas o que não poderia ser feito era organizar a luta de massa contra o governo e o Parlamento. Para se constituir uma alternativa de poder eleitoral, o caminho era o de contestar em parte as reformas antinacionais e antipopulares, e em parte apoiá-las. A submissão do Estado nacional ao capital financeiro deu um grande salto à frente. As medidas fundamentais, tidas como estabilizadoras, provocaram um grande rombo nas contas públicas. Os salários foram contidos. O desemprego atingiu patamares altíssimos. Os camponeses sem-terra sofreram repressão por toda a parte. A destruição de conquistas sociais ganhou terreno. A exclusão dos desempregados do sindicato, rompendo a unidade social de empregados e desempregados, marca profundamente a ação da burocracia frente a um quadro de demissão em massa. O PT e sua burocracia sindical se apoiaram nessa situação para canalizar o descontentamento das massas para os protestos parlamentares, cujos resultados não abalavam a estabilidade governamental e serviram de meio para potenciar a estratégia de "alternativa responsável". A burocracia sindical petista aplicou rigorosamente a política de oposição estabilizadora.

6. Os sindicatos adaptados à governabilidade serviram de instrumento à aplicação das reformas pró-imperialistas. Auxiliaram a contenção salarial, facilitaram aos patrões demitirem em massa e contribuíram com a imposição de acordos de flexibilização do trabalho. O empobrecimento generalizado das massas e toda sorte de sacrifícios foram as condições para a estabilidade de 8 anos de governo saqueador. O PT e sua burocracia sindical se constituíram em um dos pilares de sustentação da democracia burguesa às custas da fome e da miséria. Se a estratégia de oposição conciliadora foi necessária para ganhar as eleições e constituir uma frente com setores capitalistas, é necessária para continuar a estabilidade do poder político da burguesia sobre a maioria explorada. Se a defesa da estabilidade da política econômica do governo neoliberal foi necessária para a governabilidade, agora no poder o PT necessita dela para sua governabilidade. A buro-

cracia sindical continua a ter um papel decisivo para que o novo governo possa dar continuidade à diretriz econômica ditada pelo grande capital. A estatização da CUT e sindicatos é um fator de grande importância para a governabilidade do capital sobre o trabalho. Em última instância, a burocracia sindical se constitui em agentes do Estado burguês e dos monopólios.

7. O domínio de uma burocracia profissionalizada e organizada em torno da política de estatização dos sindicatos elimina a democracia sindical. Evita-se a todo o custo convocar as assembleias gerais. As assembleias de fábrica só são convocadas quando os patrões precisam impor medidas redução de custos e querem a colaboração do sindicato. As convocações que se dão sob pressão da base operária descontente resultam em manobras para convencer os trabalhadores de que é melhor aceitar migalhas do que partir para o confronto. Sem as assembleias livres e soberanas, os sindicatos deixam de ser organismos de decisão e de democracia operária. Passam a ser um aparato da burocracia, que utiliza os recursos financeiros para sustentá-lo por cima da classe operária e por baixo da classe capitalista. Desvincula-se em grande medida dos explorados e se aproxima em grande medida dos exploradores. Não pode perder o vínculo total com os assalariados porque perderia a capacidade de ser instrumento de contenção da luta de classe e não pode se submeter integralmente à classe capitalista porque perderia a capacidade de amortecer o choque de classe. É nesse sentido que a burocracia se coloca como uma casta profissional da política de negociação entre o capital e o trabalho. Como mediadora, age contra a revolta instintiva da classe operária e assume parte das medidas capitalistas exigidas pelos patrões. A burocracia se torna mais eficaz quanto mais mutila a democracia operária e canaliza a revolta dos explorados para acordos pretendidos pelos capitalistas. A burocracia se especializa em quebrar a unidade política da classe operária, impossibilitar que os seus interesses comuns de classe se convertam em movimento social pelas reivindicações unificadas. A democracia das assembleias e a liberdade de expressão e manifestação das mais variadas

correntes do movimento são opostas a ação política mediadora da burocracia.

8. A burocracia cutista, tanto quanto a direitista da Força Sindical, usa o canal partidário para criar laços de dependência do sindicato perante o Estado. Ambas as frações constituem uma aristocracia presa a interesses econômicos e políticos. A parcela que atinge maior poder de liderança é cooptada pelo Estado por meio dos partidos representantes da classe capitalista ou daqueles que se adaptam a ela. Os sindicatos são usados como alavancas para tais lideranças disputarem eleições e tornarem-se prefeitos, parlamentares e governadores. O crescimento da influência do PT potencializou a ascensão de sindicalistas a postos de comando do Estado e de instituições a ele ligadas. Passam a ter altos salários. De burocracia sindical se transforma em burocracia estatal. Atrás de si deixa montado o aparato burocrático que lhe serviu de meio para galgar a política burguesa. Do poder do Estado, continua a manejar a rede de sindicalistas aburguesados. A fração mais poderosa é a que está ligada à grande indústria e à ramos monopolizados, a exemplo de metalúrgicos, petroleiros, bancários etc. Exerce, inclusive, o poder no interior dos maiores complexos, controlando os comitês e delegados sindicais. Esses organismos têm sido admitidos pelo patronato diante da comprovação de que agem em favor de acordos pró-patronais. A relação entre direções sindicais, partidos da ordem capitalista e Estado torna a burocracia mais rigidamente defensora da conciliação de classe e da estabilidade do processo de exploração do trabalho. Tais vínculos levam a burocracia a controlar o aparato sindical com mãos-de-ferro, aplicando métodos repressivos típicos da classe capitalista.

9. A burocracia sindical tende a se tornar cada vez mais totalitária. Por mais que sua política de conciliação prevaleça, não tem como evitar a decomposição do capitalismo e a conseqüente revolta da classe operária. A luta de classes ameaça romper seu poder de controlar o descontentamento dos trabalhadores e quebrar sua capacidade de mediadora. A politização do movimento por meio dos conflitos de Correntes, de divergências e de orientações distintas é incompatível com a existência

da burocracia monolítica. A centralização burocrática e autoritária do movimento sindical pela casta profissional se choca com as liberdades políticas exigidas pela luta de classes e nascidas das diferentes camadas que compõem os explorados. Com a burocracia, por mais reformista de esquerda que seja, não é possível se alcançar a forma de uma centralização democrática, que tenha por base a irrestrita liberdade de militância e as decisões coletivas tomadas em assembleias soberanas. O embate entre as tendências internas ao movimento sindical é sufocado pela repressão, que assume as mais variadas formas de violência contra os opositores. A burocracia exerce o terror da perseguição, usa o poder do aparato para exercer a violência física e age como delatora policial contra seus opositores. As eleições sindicais são extremamente mutiladas e controladas. Os estatutos sindicais são adaptados a impedir a alternância na direção do sindicato. A estabilidade dessa estrutura burocrática depende da estabilidade social da burguesia. Ou seja, depende do controle que o Estado burguês, seus partidos e demais instituições tenha sobre a maioria explorada. A burocracia trabalha pela estabilidade da democracia burguesa, contrapondo-se à luta de classes, e age como opositora à democracia operária, para evitar que o proletariado se projete como força social organizada na luta de classe.

10. O movimento sindical está profundamente marcado pela influência da

política burguesa e pequeno-burguesa por meio da burocracia reformista e direitista (Força sindical). Indica que na época do imperialismo os sindicatos não mais podem cumprir seu objetivo de reformas, sem que se torne órgãos auxiliares da revolução proletária. Só se arrancará conquistas da burguesia avançando a luta de classes e derrotando a política da burocracia sindical. As reivindicações mais elementares de defesa da vida das massas têm de estar vinculadas à estratégia de destruição do capitalismo e implantação do socialismo. O programa mínimo de reivindicações elementares constitui uma unidade com o programa máximo da revolução e ditadura do proletariado. Trata-se do programa de transição que parte das reivindicações básicas para se conquistar o poder político pela via da insurreição armada dos explorados. Esse programa só o partido revolucionário o possui. É o partido da revolução que levará o proletariado ao poder do Estado e a expropriar de conjunto a propriedade privada dos meios de produção. O que implica resolver as tarefas democráticas do capitalismo atrasado, como a independência nacional, revolução agrária e o fim da miséria das massas. São reformas que ocorrerão sob a direção da classe operária transformada em classe dirigente da maioria oprimida. Os sindicatos poderão impulsionar as massas para a revolução se forem emancipados da direção burocrática e passarem a ser dirigidos pelo partido do proletariado.

11. A tarefa colocada é a de constituir as frações revolucionárias no interior do movimento sindical. A organização da militância operária em torno das necessidades dos explorados, de suas reivindicações, da conquista da democracia e independência sindicais, da constituição de organismos de base dirigentes das lutas, da unidade de classe, da aplicação do método da ação direta e penetração da estratégia da revolução proletária no seio dos explorados constitui o instrumento para derrotar a burocracia pró-capitalista. A organização da fração revolucionária em células e comitês fabris constitui o destacamento capaz de se contrapor ao controle da burocracia sobre os sindicatos e levar a camada mais avançada da classe operária a assumir o programa e conduzir a maioria a se chocar contra o aparato construído pela casta burocrática. A constante aplicação da política proletária em contraposição à da burocracia permitirá aos operários realizar experiências e identificarem as duas políticas. A denúncia dos acordos patronais, das manobras em torno do pacto social, da sustentação do governo capitalista e de toda negociata da burocracia serve à experiência das bases. A presença da fração revolucionária no interior dos sindicatos ligará as denúncias aos objetivos de luta antiimperialista e anticapitalista. A conquista da independência perante o Estado burguês e seus partidos, bem como da democracia sindical, depende da classe operária construir seu partido.

Corrente Proletária na Educação/POR

Neste Número: fevereiro 2003
Divisão da categoria pelas burocracias do Sindiute e Apeoc
Denúncia: falta de democracia no Sindiute
EUA prometem a atacar Iraque

Boletim do Partido Operário Revolucionário caixa postal 221, fone: 65.001.970 e-mail: por@caixa1.com.br

Nada de divisão da categoria pelo Sindiute e Apeoc. Pela Unidade na luta contra os governos

Boletim da Corrente Proletária na Educação de Fortaleza

Manifesta apoio à greve dos professores de Maracanaú. Anuncia curso de formação política sobre "A revolução permanente". Denuncia falta de democracia operária no Sindiute.

Corrente Proletária na Saúde

Boletim do Partido Operário Revolucionário nº 1, fevereiro de 2003

Boletim da Corrente Proletária na Saúde de Fortaleza

Traz artigo contra a terceirização, em defesa do concurso público. Anuncia curso de formação política sobre "A revolução permanente". Combate contra a guerra dos EUA ao Iraque: trabalhemos pela derrota do imperialismo. Derrotar a ofensiva bélica dos EUA. Defender o Iraque contra a guerra imperialista. Construir a Frente Única Antiimperialista. Combater a posição do governo Lula de que o Iraque cumpra as resoluções da ONU. Lutar pela autodeterminação dos povos.

A Volks divide os trabalhadores em duas categorias

A Volks alegando que não necessitava de cinco dias de produção fez o acordo de semana de 4 dias com a direção de nosso sindicato, dizendo ser a solução para o problema. O que se percebe é que o acordo só resolveu o problema da empresa. Isso por que reduziu nossos salários em 15%, demitiu 700 companheiros e ainda dividiu os trabalhadores em duas categorias:

Uma parte que trabalha 5 dias, recebe PLR no final do ano, não fica devendo banco de horas especial e recebe 3,72% no pagamento;

Uma outra parte trabalha 4 dias, não recebe PLR, fica devendo 5 horas do banco de horas especial e não recebe 3,72% no pagamento.

Além disso, a Volks ainda está chamando vários companheiros para fazerem horas-extras. Não podemos aceitar.

Começam os movimentos contra as horas-extras

Os primeiros a fazerem o movimento contra as horas-extras em semana de 4 dias foram os companheiros da Ala 21, que conseguiram depois de muita luta acabar com as horas-extras e retornar a semana de 5 dias.

Horas-extras fazem parte do acordo maldito

No dia 6 de fevereiro, a Comissão de Fábrica da ala 4 deu início à luta contra as horas-extras. Em assembléia realizada com todos os trabalhadores, a comissão deu o seguinte recado à empresa: "Se a partir de hoje a Volks convocar algum trabalhador para fazer horas-extras durante a semana ou nos finais de semana, faremos paralisação de duas horas em todos os turnos. Os trabalhadores entenderam o abuso da Volks e o encaminhamento foi aceito.

Porém, a empresa não acreditou na capacidade de luta e organização dos trabalhadores. No Sábado, dia 8, convocou 32 trabalhadores para fazer okd no Polo.

Na Segunda-feira, dia 10, a Comissão de fábrica em assembléia colocou em vo-

tação o protesto de duas horas de paralisação em todos os turnos. O protesto foi aprovado.

Os companheiros da ala 4 mostraram o caminho. Depois do ato, não existe mais horas-extras e o número de companheiros que trabalhavam na sexta-feira aumentou de 332 para 735, recebendo assim o salário normal.

É necessário que todas as alas façam a luta contra as horas-extras para que possamos retornar a trabalhar 5 dias, sem redução de 15% nos salários e ter a PLR total no final do ano.

Assembléia de toda a fábrica para avaliar o acordo

A utilização de horas-extras, a divisão dos trabalhadores em regime de trabalho diferente e as perdas salariais mostram que é preciso rediscutir o acordo. Para isso, o sindicato deve convocar uma assembléia em que todos os operários tenham liberdade de dar sua opinião sobre a experiência vivida com o acordo de redução da jornada e redução do salário. O que mostramos acima é que a empresa está jogando com o acordo para aumentar a exploração do trabalho.

A assembléia de toda a fábrica pode fazer essa avaliação e tomar novas decisões, que defendam nosso emprego e salário.

"Baixa Performance" é um critério capitalista de aumento da exploração do trabalho e de desemprego

Companheiros, além de vendermos nossa força de trabalho muito abaixo do valor que ela produz, somos obrigados a aceitar mais esta repressão dos patrões, que se chama "baixa performance". Os capitalistas consideram "baixa performance" quando estamos abaixo do tempo médio de trabalho ou quando pretendem aumentar a velocidade média da produção e o trabalhador não consegue. Não é só isso, o operário pode estar em plenas condições de produtividade, mas o capitalista o demite justifi-

cando "baixa performance". É o que mais acontece.

A "baixa performance" é uma forma da Volks demitir. Basta uma avaliação de que não produzimos na velocidade exigida para pôr para fora da empresa. O desgaste de nossa força de trabalho, devido ao ritmo acelerado da produção, tem provocado inúmeras doenças profissionais. Não há setor da Volks que não tem companheiros com as tais doenças. A empresa não emite a CAT e somos obrigados a trabalhar na velocidade determinada pelos patrões. Caso contrário, estamos enquadrados na "baixa performance" e prontos para ser cortados.

Acontece que o capitalista tem o operário como uma máquina. No entanto, a situação física e mental tem uma variação de trabalhador para trabalhador. O que os exploradores fazem? Trocam os operários considerados de "baixa performance" como se fossem uma peça descartável. Ao forçar o aumento da produtividade, uma parcela de operários é afetada por doenças profissionais ou acidentes. Aí o capitalista considera a doença ou o acidente um problema do operário e não dele que explora a força de trabalho até o seu esgotamento. É que o aumento da lucratividade depende do aumento da exploração do trabalho. O capitalista aumenta a exploração do trabalho com a renovação tecnológica. Assim, demite uma parte e a que fica é pressionada alcançar uma nova escala de produtividade.

Como dissemos, o patrão usa o critério da "baixa performance" estando ou não estando o trabalhador em condições de alcançar as novas metas. Isso por que o regime de exploração do trabalho visa ao aumento constante dos lucros e não pode assegurar o emprego a todos. É necessário que a classe operária resista com luta a esses critérios de exploração e defenda o emprego a todos. Nossas reivindicações contra a exploração e o desemprego são:

Fim da "baixa performance"

Contratação efetiva de novos trabalhadores

Implantação da escala móvel das horas de trabalho em todas as empresas

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no jornal "Massas" nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da Ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

"Questões de Organização" foi escrito em 1974, justamente que a militância nova do partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques se contrapondo à tentativa de organização dos foquistas do período que se colocavam contra a intervenção nos sindicatos.

Questões de Organização Relação entre Programa e Organização

Entre o programa e a organização existe uma relação mútua, um condicionamento dialéticos. A organização atua ativamente sobre o programa, contribuindo para seu. Pode, inclusive, chegar ao extremo de desvirtuá-lo completamente em caso de degenerar-se.

O que tentamos mostrar é que o programa (expressão da luta consciente ou política) tem primazia com relação à organização, que é, em última instância, seu fator determinante. Para tal programa, tal forma de organização partidária. Sem dúvida, esta se desenvolve conforme suas próprias leis. O programa é o conteúdo e a organização a forma que corresponde àquele.

Nessa questão, que corresponde ao ABC da teoria marxista, se perfilam já com clareza nossas diferenças - certamente políticas, mas que se apresentam muitas vezes como simples divergências organizativas - com aqueles que defendem concepções foquistas, reformistas ou nacionalistas. E novamente comprovamos que é o programa revolucionário que determina a natureza e contornos da organização.

Sabemos que a extrema-esquerda pequeno-burguesa em geral, no seu empenho por substituir o partido bolchevique (que lhes parece uma velharia), por uma outra organização qualquer, colocou a necessidade de centrar todos os esforços unicamente em torno do trabalho organizativo, sem se preocupar com a elaboração programática, com o argumento de que eles acabam evitando uma inútil perda de tempo e de energias na discussão das idéias. O programa, segundo tal tese, deve emergir totalmente da ação, de

modo automático e conforme as necessidades. A ação seria já a teoria, submetida à espontaneidade dos explorados. Essa postura, antimarxista por excelência, tem sido desmentida, várias vezes, pela história. Certamente não será esse o caminho da estruturação da vanguarda revolucionária.

A tese ultra-esquerdista implica questões de importância que não têm sido devidamente analisadas até agora. Ela começa dividindo arbitrariamente os problemas político-programáticos dos organizativos, separando-os, e conclui esquecendo totalmente os primeiros, para assim dedicar todos os esforços para uma atividade exclusivamente organizativa. Os marxistas põem em pé o partido do proletariado com a finalidade de materializar o programa, ou seja, a estratégia revolucionária (tornar possível o cumprimento das tarefas históricas da classe operária), isto é, de concretizar a revolução social encabeçada pelo assalariado (revolução e ditadura proletárias protagonizadas pela nação oprimida). Fora desta perspectiva carece de sentido a discussão e o trabalho organizativo. Para a extrema-esquerda, a organização conclui como uma finalidade em si; a organização é tudo, o programa não é nada. Aqueles que se prostram diante da espontaneidade das massas e negam a necessidade de estruturar o partido revolucionário se convertem em canais da política burguesa.

A estória de que o programa brota da ação, como um fenômeno puramente mecânico, é o atalho que conduz ao empirismo e ao reformismo revisionista. Aqueles que sustentam esta tese conformam-se em atuar cotidianamente com pequenas receitas acomodadas às necessidades do momento, sem nenhuma referência ao grande objetivo estratégico.

Estes bem que poderiam escrever como seu lema que as reformas ou objetivos imediatos são tudo e os fins não são nada. Há grupos que carecem de programa, mas não é por isso que eles deixam de perseguir determinadas finalidades políticas, que desembocam nas linhas mestras assinaladas pela burguesia. Isso acontece, por cima de todas as boas intenções, porque as idéias dominantes, em um determinado momento, são as idéias da classe que domina a sociedade.


Resumindo: terminam como reformistas. Embriagados, na busca dos objetivos imediatos, acabam perdendo a perspectiva da revolução, esquecem que a consumação desta é a tomada do poder pelo proletariado atuando como direção nacional. Acreditam que tudo se reduz à luta pelos objetivos imediatos. Consciente ou não, essa tremenda desorientação política acaba modelando um tipo de organização que não tem nada a ver com a estrutura bolchevique e que não pode levar à vitória da luta revolucionária. Atuando como um grupo de ativistas que busca ganhar uma eleição ou conseguir unicamente aumentos salariais ou como núcleos de ativistas totalmente isolados das massas, preocupados com o seu ativismo próprio dos mártires predestinados à glória, mas não à organização e educação política dos explorados. A atividade pela atividade não precisa de um programa claramente delineado, seria uma trava para ela, bastam algumas idéias comuns às pessoas mais dispares.

O partido revolucionário educa e organiza as massas e não poderia levar à frente tarefas tão importantes se não tivesse um programa claramente elaborado e delimitado e se esperasse que as idéias políticas (teoria) brotassem mecanicamente, por geração espontânea, pela ação exemplar.

Nesta edição:

- As manobras do imperialismo para impor a guerra contra o Iraque
- O Povo Explorado não foi Derrotado O MAS é que Capitulou
- Mesas de Diálogo Uma Traição Vil aos Cocaleros e ao País

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



As manobras do imperialismo para impor a guerra contra o Iraque

As centenas de manifestações multitudinárias contra a guerra por todo o mundo, inclusive nos EUA e Inglaterra, a resistência da Alemanha e França no Conselho de Segurança e as dificuldades para aprovação do uso da Turquia como base militar dos EUA na região têm dificultado o início da guerra.

As manifestações de massa em toda a parte mostraram que a guerra não conta com o apoio político das massas desejado por Washington. Dentro dos EUA, manifestações de mais de 100 mil pessoas contra a guerra mostram isso. Na Inglaterra, que já enviou dezenas de milhares de soldados para o Oriente Médio, a pressão das famílias obriga o governo de Tony Blair a recuar e pedir mais tempo de negociação.

Mas é importante notar que todas essas manifestações estiveram sob a direção do pacifismo, e não contaram com a ação coletiva da classe operária. Quer dizer que estão sob a orientação política dos países imperialistas europeus, que

manobram por seus interesses econômicos e não se opõem de fato à guerra, nem defendem a autodeterminação do Iraque. E que se limitam a protestos de rua, mas não foram capazes de ameaçar o seguimento da guerra, que dependeria de greves, bloqueios de portos, aeroportos e estradas de ferro etc., atitudes que correspondem à ação organizada da classe operária.

Os EUA tentaram quebrar a unidade de França e Alemanha e partir das votações na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) de apoio à Turquia no caso de uma guerra contra o Iraque, estabelecendo um acordo em separado com a Alemanha e isolando a França. Apesar de conseguir a aprovação dessa resolução, o movimento oposto se deu no Conselho de Segurança, com mais países anunciando a oposição à resolução de guerra proposta pelos EUA. E a Turquia, que é ponto estratégico para as operações militares ianques, tem utilizado de barganha para obter uma ajuda

econômica ianque em troca do uso de seu território.

A resistência de França e Alemanha à ação unilateral dos EUA corresponde às suas necessidades de barganha na disputa de poder político e econômico mundial e nos seus interesses de controle sobre a maior reserva de petróleo do mundo. Esses países europeus não têm como de fato enfrentar militar e economicamente os EUA de igual para igual. Têm levado as negociações ao limite extremo, para não deixar que o domínio ianque se apresente de forma absoluta. Mas não têm como evitar a ofensiva militar, nem estão dispostos a um enfrentamento bélico para garantir suas posições. O mais provável é que cheguem a um acordo com os EUA, que implique na redução do controle francês sobre a exploração e distribuição do petróleo iraquiano em favor dos EUA e numa pequena fatia do minério para a Alemanha.

O essencial é que os fatores que im-

Boletim da Corrente Proletária Estudantil Secundarista de Fortaleza

Mobiliza contra o aumento das passagens, a limitação da meia estudantil e faz a defesa do passe livre. Traz artigo contra a guerra imperialista dos EUA contra o Iraque. Defende a unificação do movimento estudantil para a luta.

Comitê de Luta de Guarulhos

Mostra a necessidade de voltar às lutas diante da conjuntura. Denuncia as

demissões sem pagamento de direitos na Viação Canarinho, e o não depósito do INSS e a falta de manutenção de veículos na empresa Guarulhos.

Boletim da Corrente Proletária Estudantil Secundarista

Mostra a exclusão das escolas quando da volta as aulas. Denuncia a política de pacto social do governo Lula. Defende o ensino supletivo. Coloca-se pela derrota da ofensiva militar ianque con-

tra o Iraque e defende a autodeterminação dos povos (direito do Iraque se armar).

Boletim da Corrente Proletária na Educação – São Paulo

Denuncia o drama do desemprego de milhares de professores diante da atribuição de aulas feita. Aponta o não entretimento as imposições governamentais pela diretoria da Apeoesp. Denuncia a proposta da prefeitura petista de corte nos salários.

pulsionam os EUA para a guerra se mantêm. A desintegração capitalista obriga a potência a ter controle total sobre o petróleo. Esse elemento é determinante sobre os zigue-zagues que a política externa dos EUA tem feito. O que quer dizer que a política revolucionária está orientada para combater a guerra, defendendo as bandeiras que correspondem à luta antiimperialista, à autodeterminação e ao internacionalismo proletário.

Contariamente ao pacifismo, os revolucionários combatem a guerra imperialista empunhando a defesa da autodeterminação dos povos, deixando claro que isso implica o direito de todos os países se armarem como decidam. Ou seja, defendemos que o Iraque tem o direito de fabricar toda e qualquer arma, seja ela química, biológica ou nuclear. Rechaçamos o monopólio do imperialismo sobre os armamentos. O direito de se armar é uma condição para a efetiva autodeterminação. Sem isso, a soberania de qualquer nação é limitada.

Estamos do lado do Iraque contra a agressão ianque. A vitória do imperialismo é a vitória da burguesia internacio-

nal, e fortalece a ofensiva e a opressão imperialistas em todo o mundo. Não importa que o Iraque seja governado por um ditador criminoso. O problema de derrubar Saddam Hussein é uma questão que diz respeito aos explorados iraquianos. A autodeterminação também corresponde a essa questão. A conquista da soberania do Iraque depende do armamento da população, para que ela seja capaz de expulsar os invasores ianques e resolver o problema da ditadura de Saddam, que por si mesma é incapaz de defender plenamente a autodeterminação. Qualquer governo burguês no Iraque expressará a submissão da burguesia nativa ao imperialismo.

Rechaçamos a ingerência da ONU sobre o Iraque. A ONU é um organismo que serve aos interesses dos países imperialistas, principalmente os EUA. Hoje, não tem acordo quanto à guerra apenas por não haver acordo entre as potências quanto à divisão do controle sobre o petróleo mundial. As resoluções aprovadas, de desarmamento "pacífico" do Iraque, são um ataque à autodeterminação e criam as condições para um ataque militar, logo que se chegue a um acordo

entre as potências. Apoiar a linha da ONU, como tem feito o governo Lula, é se colocar ao lado da intervenção imperialista sobre o Iraque. Cabe a exigência de que o governo Lula se coloque ao lado do Iraque contra os EUA e que rompa com as resoluções da ONU.

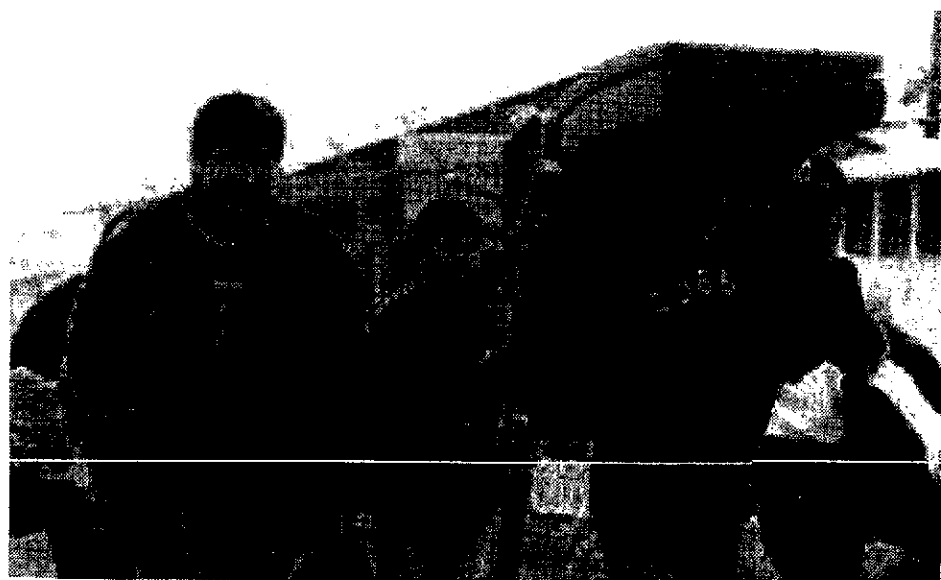
A luta antiimperialista tem importância estratégica nos países semicolônias como o Brasil. A política revolucionária empunha as bandeiras antiimperialistas sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Trabalha pela construção da frente única antiimperialista, que hoje tem como conteúdo concreto a luta contra a guerra dos EUA ao Iraque e todo o intervencionismo militar e econômico ianque. No Brasil, trata-se da luta contra a implantação da Alca, a entrega da Base de Alcântara, pelo não pagamento da dívida externa e contra a aplicação da política econômica ditada pelos organismos do imperialismo. A partir das reivindicações mais imediatas, que se chocam com as diretrizes do imperialismo, travar a luta nacional de massa pela derrota do imperialismo aqui e fora do país.

Bolívia

O Povo Explorado não foi Derrotado

O MAS é que Capitulou

A mobilização terminou com a assinatura de um convênio onde as partes assinalaram sua disposição de tratar os temas exigidos na pauta de reivindicação e para isto decidiram a constituição de várias "mesas de trabalho". Depois de duas semanas de mobilização com 20 mortos, mais de uma centena de presos e feridos, voltamos ao zero. O convênio não obriga nem compromete o governo a nada, somente a discutir os pontos da pauta. O concreto é que não há nada, somente promessas são apresentadas para atender aos problemas apresentados, o governo tem as suas mãos livres para continuar com sua política. A erradicação da coca vai continuar, não existe a pausa prometida pelo reformismo, esta foi a ordem da embaixada americana. Os problemas que preocupam os mais diferentes setores da população (baixos salá-



rios, desemprego, miséria extrema, terra, acabar com a erradicação da coca etc.) não foram resolvidos e não vislum-

bramos que eles o sejam através do diálogo com o governo, que não tem capacidade de fazer outra coisa que não

seja aplicar a política neoliberal em benefício das multinacionais (imperialismo), seguindo de pés juntos as ordens da Embaixada Americana, do FMI e do Banco Mundial.

Os setores que se mobilizaram, saíram dela insatisfeitos por não haver conquistado seus objetivos, com raiva contida, protestando contra o governo, não abandonaram suas reivindicações, não houve debandada, saíram com a convicção que é necessário revisar e ajustar as armas para a próxima batalha. Todos coincidem em afirmar que o principal erro esteve na insuficiência da pauta apresentada, que não permitiu unificar e mobilizar as bases.

Os Erros da Condução do Conflito

A visão extremamente caudilhesca, sectária e eleitoralista do MAS e a falta de um programa revolucionário que in-

terprete as aspirações dos famintos foram os principais erros durante o conflito.

No cenário de grande mal-estar social que agoniza o país, emergência da terrível crise econômica, frente a um governo débil e incapaz, a mobilização não chegou a alcançar a força suficiente para ter um caráter nacional, as cidades não se incorporaram e o campo o fez parcialmente. A mobilização não encontrou a força suficiente para derrotar o governo assassino e vende-pátria. A principal causa disto: a visão extremamente caudilhesca, sectária e eleitoralista do MAS e a falta de um programa revolucionário que interprete as aspirações dos famintos.

Apesar de dizerem que esta pauta de reivindicação foi elaborada pensando em se transformar em uma luta política, portanto nacional e de vários setores, ig-

norou o fato de que os explorados se mobilizam a partir da urgência em resolver suas necessidades vitais (problemas imediatos) e na medida em que a luta se generaliza se converte em luta política, revela e põem em questionamento o conteúdo e a orientação pró-imperialista dos planos do governo e o destino do próprio Estado burguês, não em vão, os clássicos ensinaram que a essência da política é a "luta de classe contra classe".

Ao contrário, a direção do MAS se esforça para rebaixar as reivindicações a questões, que para as massas são abstratas e que não tocam suas preocupações imediatas. Por isso a mobilização não pode superar a estigmatização que o governo fez dela, de ser um "conflito puramente cocalero".

(extraído do "Masas" boliviano nº 1841 de 07/02/2003)

Bolívia:

Mesas de Diálogo Uma Traição Vil aos Cocaleros e ao País

Não foi por casualidade que o "Estado Maior de dialogadores" e o governo assassino vende-pátria coincidem que para a coca há que fazer um estudo do mercado legal. Trata-se da perfeita expressão da política burguesa encarnada pela burocracia sindical camponesa.

Vivemos momentos de rebelião das massas contra a política da classe dominante, das multinacionais, mas os burocratas não querem ir além da reforma da ordem social ~~co~~duca, que quer dizer retocá-la para que se torne tragável.

O engodo está em que seguirão com a erradicação da coca porque é uma ordem do amo ianque. O pedido de "pausa" de Evo Morales (MAS) e Cia. é uma traição aos cocaleros que exigem: Livre Cultivo, Comercialização e Industrialização da Folha de Coca, incluindo sua transformação em cocaína! Os camponeses estão dispostos a seguir cultivando a coca, ainda que nas profundezas entre os montes, pois vivem de sua venda e se os compradores a utilizam para mascar ou para transformar em cocaína o vendedor não tem nenhum interesse! Por acaso ao vendedor de uvas interessa se vão fazer algum tipo de álcool que acelera a morte



dos homens? Se isto interessar não deveríamos vender estanho e outros minerais, que servem para fabricar armas e, portanto, para matar muitas pessoas nas guerras.

O problema é outro. Os gringos, por não terem o monopólio da cocaína, a satanizam, a combatem. Enganam a população norte-americana dizendo que o problema está nos que a produzem e não nos drogados, gerados por um sistema

social desumano. Se acreditam realmente que o problema está na oferta, por que os USA legalizaram o tabaco e o álcool mortais?

A droga perseguida é o melhor negócio.

Basta de assassinar os cocaleros a sangue frio.

(Extraído do Masas boliviano nº 1842 de 14/02/2003)